

Quinta-Feira, 25 de Junho de 2026

## **Megaoperação Carbono Oculto investiga esquema bilionário do PCC no setor de combustíveis**

**Carbono Oculto**

Redação

O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) cumpriu cinco mandados de busca e apreensão em Mato Grosso, como parte da megaoperação Carbono Oculto, que apura a atuação de uma organização criminosa ligada ao setor de combustíveis. As ações ocorreram nas cidades de Feliz Natal, Diamantino, Primavera do Leste e Rondonópolis.

Além de Mato Grosso, os mandados também foram executados em São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Conforme as investigações, o grupo teria sonegado mais de R\$ 7,6 bilhões em impostos por meio de fraudes em várias etapas da produção e distribuição de combustíveis.

A operação é coordenada pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP), através do Gaeco, com apoio do Ministério Público Federal (MPF), das polícias Federal, Civil e Militar, da Receita Federal, da Secretaria da Fazenda paulista, da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-SP).

No total, a Carbono Oculto mira mais de 350 alvos, entre pessoas físicas e jurídicas suspeitas de crimes contra a ordem econômica, adulteração de combustíveis, crimes ambientais, lavagem de dinheiro, fraude fiscal e estelionato. Segundo o Ministério Público, o Primeiro Comando da Capital (PCC) teria praticamente “sequestrado” o setor, tornando inviável a concorrência para empresários que atuam dentro da legalidade.

As apurações mostram que a facção criminosa controlava desde a formulação e refino até a distribuição e comercialização, operando com produtos como metanol, nafta, gasolina, diesel e etanol. A estrutura englobava portos, transporte, postos de combustíveis e até lojas de conveniência.

Foram encontradas irregularidades em mais de 300 postos, com bombas adulteradas que faziam o consumidor pagar por um volume menor do que o informado ou por combustíveis fora das especificações. De acordo com a Receita Federal, entre 2020 e 2024, cerca de 1.000 estabelecimentos ligados à facção movimentaram R\$ 52 bilhões.